

JORGE DIAS: *Rio de Onor*. Comunitarismo Agro-Pastoril. 610 págs. Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos de Etnologia Peninsular; Porto, 1953. (Cancioneiro de Margot Dias e Desenhos de Fernando Galhano).

Jorge Dias tem oscilado, em seus estudos, entre duas preocupações essenciais e complementares: de um lado, e antes do mais, determinar os aspectos peculiares a cada uma das pequenas unidades desse mosaico de regiões culturais de seu país, configuradas sob o jôgo de influências várias, procurando destacar sobretudo os fatores geográficos, as contribuições históricas específicas e, como decorrência, a origem dos elementos culturais mais significativos desta diferenciação; de outro, caracterizar a cultura portuguesa no que tem de distintivo como totalidade.

A familiaridade do autor com as diversas áreas naturais e culturais de seu país, e mesmo da Espanha, aguça-lhe o sentido das identidades e diferenças, levando-o antes ao destaque daquelas características do que a uma análise realmente sincrônica da realidade social investigada.

Tendo escrito há pouco dois artigos de síntese, "Os elementos fundamentais da cultura portuguesa", (Coimbra, 1955) e "Algumas considerações acêrca da estrutura social do povo português" (*Revista de Antropologia*, S. Paulo, Vol. 3.º, n.º 1, 1955; ps. 1/20), torna-se fácil localizar *Rio de Onor* dentro dos objetivos expressos pelo próprio autor. Distinguindo, grosso modo a região ao sul do Tejo da região ao norte deste rio, por todo um conjunto de características diferenciais, Rio de Onor, como Vilarinho da Furna (objeto de sua monografia anterior, 1948), ambas ao norte do país, representariam, em "regiões privilegiadas pelo isolamento... comunidades excepcionalmente preservadas, onde o etnólogo pode estudar, como num laboratório, formas de organização social cujas raízes mergulham no clã proto-histórico" ("Algumas considerações...", p. 6). Considerando que "a organização comunitária não é atributo de uma determinada raça, mas sim uma fase na evolução social de muitos povos" (*Rio de Onor*, p. 61), o grande número de exemplos de outras áreas portuguesas (cf. especialmente as notas das páginas 29/36), onde, em comparação com Rio de Onor, a expressão do fenômeno é menos rica, leva-o a afirmar, nesta base empírica, ser a comunidade em aprêço "o caso mais típico de organização comunitária em Portugal" (p. 19). Este simples enunciado poderia dar idéia de uma ênfase simplificadora na evolução do fenômeno, impressão que o autor já em *Vilarinho da Furna* (ps. 54/55) procura desfazer: "A realidade viva mostra-nos uma variedade infinita de formas, nas quais o espírito de abstração pode ver a unidade, mas sem esquecer os diferentes esforços de adaptação ao particular. Organizações comunitárias conheceram-na muitos povos... Porém, que diferenças enormes não há, por vezes, sob esta designação genérica de comunitarismo?"

No caso de Rio de Onor, apela para a geografia como explicação, mas sobretudo enquanto fator condicionante de isolamento preservador: "A explicação da persistência, nesta região, de formas de exploração coletiva do solo e de organizações sociais adequadas às exigências desse tipo de economia, deve encontrar-se na geografia. Com o decorrer dos tempos, as terras férteis e abertas às influências estranhas foram passando por sucessivas fases de evolução agrária e social, enquanto as mais pobres e fechadas ao convívio mantiveram até nossos dias aspectos econômicos e sociais oriundos de um passado muito remoto. Rio de Onor, pela sua especial situação geográfica, deve ser o caso mais perfeito de conservação de um tipo de economia e organização social que se manteve desde os vacéus até nossos dias" (*Rio de Onor*, p. 63).

O conservantismo que a situação geográfica torna possível, porém, diz respeito a um mundo de influências várias que se amalgamaram para constituir uma cultura local integrada, numa região de "confluências culturais as mais variadas" (p. 64) e de uma "riqueza de complexos culturais tão flagrante que os próprios habitantes das várias aldeias têm consciência disso e, mais, estão mesmo convencidos de diferenças étnicas" (p. 65). Contudo, embora ressalte que "a extensão do fenômeno (organização comunitária) não implica, necessariamente, que tivesse havido unidade cultural no passado, da qual os vestígios comunais, encontrados nas regiões serranas, seriam prova irrefutável" (p. 21), conclui que "é indiscutível que os traços comunitários são mais vivos na região da Península onde houve maior influência céltica" (p. 62), como é o caso de Rio de Onor.

Nesta resenha, porém, são outros os aspectos que queremos focalizar e que dizem respeito, particularmente, a *Rio de Onor* enquanto estudo de comunidade. Em primeiro lugar, o fato de tratar-se de uma povoação de fronteira, situada entre Portugal e a Espanha. Em segundo lugar, o de tratar-se de uma estrutura social altamente preservada através do tempo e que tem atuado não apenas como elemento de conservantismo, como de inovação.

A pequena aldeia, com seus 348 habitantes, localizada num vale entre planaltos transmontanos do nordeste, "região típica de povoamento concentrado" (p. 90), torna-se cenário onde se mesclam, através de uma estrutura social persistente e aproveitada, as influências bem sedimentadas de uma tradição multissecular, as inovações técnicas de um mundo civilizado e "exterior" e as agências de uma organização e de um controle que se situam no plano nacional. "Rio de Onor não é uma comunidade primitiva, nem uma civilização. Está incorporada entre duas nações civilizadas, das quais recebeu e recebe numerosas contribuições; mas mantém ainda um fundo tradicional de raízes muito remotas e que lhe dão uma feição típica, que facilmente a individualiza no conjunto nacional" (p. 543). O fato de ser cortada pela fronteira política faz com que a maioria de seus habitantes sejam bilingues e mesmo trilingues (português, castelhano e rionorês), distinguindo-se Rionor de Arriba, ou Rio de Onor de Espanha, e Rionor de Abajo, ou Rio de Onor de Portugal. Une-os, porém, a mesma cultura e dialeto (p. 79) e as nacionalidades diversas não são obstáculo aos intercassamentos (p. 137). "As canções portuguesas misturam-se às espanholas e a faceira do pão não tem fronteira. Tanto espanhóis como portugueses possuem terras nos dois países" (p. 196). Uma ou outra vez percebem-se influências nacionais na vida local, como a da Guerra Civil de Espanha na vida de Rionor de Arriba (p. 133), ou a manifestação da consciência nacional, como por ocasião da segada do couto (terras comunais de feno), uma das maiores festas do ano (cf. p. 195), ou das *malhas* do trigo (p. 204), quando os brios são alevantados em termos de nacionalidade e a competição se converte numa competição entre grupos dos dois lados da fronteira.

Encarada como um todo, Rio de Onor apresenta uma série de facetas organizatórias pelas quais é justamente esta espécie peculiar de "todo". (Cf. principalmente o Cap. V., ps. 133/162, "Estrutura Social"). Se, como diz Firth, os elementos essenciais da estrutura social são aqueles que, subtraídos, fariam com que a comunidade deixasse de existir na forma em que existe, tenderíamos a ver, como elemento mais constante da individualização de Rio de Onor, o seu *conselho*. Contudo, há a possibilidade alternativa de análise e que consiste, como sugere Redfield, em tomar-se a estrutura social como idéia central, procurando-se ver, através dela, todas as outras manifestações da vida local. Esta focalização evita que se tenha que

estabelecer primazia ou predomínio entre as relações sociais criticamente importantes e duradouras, o que aliás não seria fácil no caso, porquanto a *família extensa*, por exemplo, está “de certo modo relacionada com as formas sociais de raízes comunitárias”, verificando-se “maior densidade da família extensa nas regiões montanhosas e planálticas do norte, onde existem vestígios nítidos de comunidades semi-autárquicas, de feição comunitária, e diminuição progressiva para o sul, onde não se encontram vestígios comunitários para além do Tejo” (Art. “Algumas considerações...”, ps. 5/6). Diga-se, aliás, de passagem que a *família nuclear* e o parentesco ritual têm em Rio de Onor pequena importância (*Rio de Onor*, p. 137).

É através da família extensa e do conselho que a comunidade se organiza em seus planos essenciais e se verifica a posse e a administração dos bens locais, de sorte que por todo o livro a palavra *conselho* evoca “coutos” (prados de feno), “monte” (terras de pastagem) e “roçadas” (terras de sementeira), bem como forno, lagar, forja e moinho coletivos, da mesma forma que *família extensa* evoca a *casa* (a unidade simbólica da família, conjunto de bens móveis e imóveis) mantida indivisa. Passa-se, contudo, insensivelmente da família extensa à comunidade: cada fogo (casa) representa um “vizinho” e cada vizinho tem a sua representação no conselho (embora depois de 1914 se pronunciem certas tendências desorganizadoras neste sentido e haja, no momento, famílias que não gozem dessa representação, sendo as mais pobres da comunidade. Cf. p. 136 e 163). “O Conselho (*al conselho*) rionorês é a organização de todos os participantes na propriedade coletiva integral. Pode dizer-se que até princípios do séc. XX, o conselho era a organização social que permitia a todos os habitantes comunitários de Rio de Onor fazer face aos múltiplos problemas da sua economia de povos ganadeiros e lavradores” (p. 137). O conselho é, portanto, decorrência da propriedade coletiva, embora não se limite à sua administração: “A ação do conselho é importantíssima em toda a vida da comunidade, e não só regula as atividades quotidianas e tradicionais, como resolve muitos casos acidentais e, por vèzes, inéditos... O conselho não intervém só nos trabalhos da propriedade colectiva. Inúmeros trabalhos agrícolas da propriedade privada estão igualmente sujeitos à regulamentação do conselho” (p. 138).

Rio de Onor tem uma economia agro-pastoril relativamente recente (antes, era predominantemente pastoril), quase de subsistência, com poucas relações de mercado, no qual “além do gado, apenas o trigo lhe dá algum dinheiro” (p. 164), realizando a maioria de suas permutas internas *in natura* (pagamento de multas com vinho, dos segadores com castanhas cozidas, de outros artigos com centeio). “Rio de Onor é uma comunidade em que a economia agrícola e pastoril se combinam e equilibram perfeitamente. Contudo, é a vida pastoril, com as necessidades de organização própria, que dá coesão à vida da sociedade rionoresa e lhe confere características especiais, que a distinguem da maioria das comunidades portuguesas. Os prados comuns, muito extensos e diversos, determinam a variedade dos rebanhos e de tipos de pastoreio, que ali se encontram. De todos os pastos os mais importantes são os *Coutos*, que servem para alimentar a vacada” (p. 168).

O conselho, completado pela instituição dos *mordomos* (em número de dois, cada um representando uma das margens do rio, as duas partes em que a aldeia é dividida, eleitos anualmente, antes por sufrágio direto e atualmente por rodízio, “não podendo fugir à atribuição o vizinho quando lhe chegue a vez”, e constituindo a autoridade local suprema — cf. ps. 140/42) e pela dos *homens de rodra*, designados pelos mordomos, e que, além de uma atribuição policial interna, servem de articulação com o mundo de fora (pagamento de impostos em Bragança, aquisição de artigos

de outras procedências, etc.), dá ao local o caráter do que o autor chama de "uma democracia representativa" (p. 138). Mordomos e homens de rodra não são escolhidos entre os vizinhos que "possuem em plenitude o que os demais possuem com lacunas", como diria Freyer: todos, indistintamente, são obrigados ao encargo.

A estrutura de interdependência que une os vizinhos entre si estende-se ao sobrenatural para incorporá-lo na vida comunitária, expressando-se pelos mesmos padrões que presidem as relações entre os homens. Assim, "as propriedades da igreja são chamadas *dal santo*. O santo possui vinha, hortas, lameiros e terras de pão, que são cultivadas aos domingos, por todo o povo, segundo a orientação da *comissão fabriqueira* (comissão de vizinhos, eleita anualmente pelo abade da freguesia). Esta recompensa os trabalhos com alguns copos de vinho, pagos com o dinheiro tirado do santo" (p. 286). São João, como padroeiro local, é o maior proprietário (p. 287).

Na medida em que se pode encarar a estrutura social também como uma série de paradigmas éticos (Redfield), como um sistema ideal nem sempre cumprido sem desvios, um dos aspectos que confere ao local realmente o seu caráter de comunidade é o funcionamento de sua justiça independente da justiça de Bragança, não apenas por uma formulação de penalidades e multas sobre o comportamento desviante (em geral pagas em vinho, prática tão repetitiva que chega a ser o padrão para saldar qualquer compromisso), mas pela firmeza com que são aplicadas, com a prontidão e a eficiência dos que se movem por um *consensus*. Na maioria dos casos, o conselho e os mordomos tomam as decisões devidas por meio de votação nas "talas" ou da prática a que chamam de "lançar piedra" (votação por meio de pedras recolhidas num chapéu) e aplicam, incontinenti, o devido corretivo ou tomam a devida decisão.

Dentro da série de seus paradigmas éticos está, por exemplo, o uso dos coutos: destacando-se como um dos muitos elementos de uso coletivo, "os coutos não são propriamente baldios do povo... Mas o sentido comunitário é tão forte que, apesar de se tratar de propriedade privada perante a lei, funciona, na prática, como propriedade coletiva" (p. 169). É a forma pela qual a comunidade resolve, em seu interior, a neutralização das conseqüências da posse diferencial de bens, reduzindo-lhe os efeitos na produção. Jorge Dias vê justamente aí um ponto-chave a ser considerado na possível alteração da vida local: o aparecimento de conflitos futuros entre os interesses da família extensa e os realmente comunitários (cf. p. 140 e a nota 6 da página 161). No estado vigente, porém, as próprias atividades individuais, quando os produtos resultantes são de interesse geral, são determinadas pelo conselho em vários pontos de sua seqüência. Assim, por exemplo, algumas fases do cultivo da uva e da castanha estão debaixo dessa norma e sobre elas exerce o conselho ação fiscalizadora e protetora (ps. 219/220), cabendo aos homens de rodra as rondas noturnas de controle de seu cumprimento.

A família extensa e o conselho (subsidiado pelos mordomos e homens de rodra) são, portanto, as principais unidades organizatórias locais, canalizando quase todas as atividades comunitárias e a lealdade de seus membros.

A recorrência de certas ações e reações em diversas situações da vida do grupo, a constância dos modelos básicos, repetitivos, dão à cultura local uma estrutura bastante definida, facilitando a apreensão de muitos de seus princípios implícitos, o que leva o autor a afirmar que "nada se apresenta com caráter espontâneo ou individual; a organização tradicional prevê tudo e todos se submetem às suas disposições" (p. 283).

É evidente que não se pode pretender esgotar a vida de Rio de Onor dentro de uma simples análise de estrutura. Por isso mesmo, cumpriria ressaltar outros aspectos da vida comunitária, tratados na obra, como a sua visão do mundo, a personalidade básica do rionorês, os ritos de intensificação e os de passagem (êstes últimos merecendo do autor análise minuciosa na forma de uma seqüência de eventos que caracterizam a vida do morador local, resultando num desenvolvimento humano característico ou numa espécie de "biografia generalizada"), uma porção de detalhes, ricos de significação simbólica, de seu cerimonialismo, o seu cancionero (cuidadosamente coletado por Margot Dias), os "aspectos materiais" de sua cultura (que mereceram especial atenção e são farta e detalhadamente ilustrados por Fernando Galhano) e uma multiplicidade de outros que uma resenha não permite focalizar. Contudo, é ainda à estrutura social e à organização social que mais uma vez queremos nos referir: "Tôdas as atividades do conselho e dos mordomos, embora sujeitos à tradição, adaptam-se às novas circunstâncias, mas dentro dos princípios estabelecidos pelo costume. Desta maneira, o sistema, apesar de rígido, apresenta grande maleabilidade e capacidade de improvisação, quando colocado perante novas situações" (p. 146). Na medida em que um estudo de comunidade pode ser feito à base das contínuas integrações e reintegrações locais, está-se assistindo a uma nova integração cultural em que os elementos estão sendo selecionados através de uma estrutura que persiste firme como canal organizatório: "A engrenagem está intacta; o conselho continua a funcionar e procura enfrentar as situações novas" (p. 572).

O presente volume, como os demais trabalhos de Jorge Dias, nos é particularmente significativo por fornecer pontos de referência seguros para a análise de retenções, reinterpretações e sincretismos no Brasil. E pelo menos de certo modo, permite-nos abalisar a persistência de algumas formas culturais, os fatores e modalidades de suas alterações, quando nos é dado verificar em áreas brasileiras (principalmente as de povoamento antigo) tradições facilmente localizáveis num Portugal de hoje. Ademais, ao remontar os elementos culturais que estuda às condições de um passado que não se confinam a Portugal, cenário histórico de fenômenos de aculturação sucessivos e intensos, o autor nos arrasta indiretamente nesta focalização, ampliando bastante a dimensão temporal de nossa cultura.

Fugindo ao que Oscar Lewis chama de "localismo ideológico", não enfeixa seus interesses dentro unicamente da comunidade que estuda, mas estende suas considerações à região e à nação. A vivacidade da linguagem e a visão simpática com que apresenta a vida de Rio de Onor encantam aos que já se viram na contingência de dar ao leitor, da comunidade que estudam, um quadro daquela totalidade da qual os estudos dessa natureza procuram legitimar a pesquisa e analisar os componentes. É isto que leva Redfield a não se cansar de repetir que os estudos de "todos" humanos, de que o de comunidade seria o mais acabado, se situam no limiar entre a ciência e a arte. Captando êsses "todos" a que se tem dedicado, não apenas através de um prisma pictórico, mas de uma série de concepções e métodos que muito têm esclarecido a posição dessas unidades particularmente no plano espacial e temporal da cultura, Jorge Dias está passando agora, cada vez mais, à análise dessas mesmas unidades por meio de concepções e métodos realmente sincrônicos.

*Gioconda Mussolini*